



Anais da Assembléia

Nº 112

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 1989

ANO XV

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 95.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1989
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Algaci Túlio e Pirajá Ferreira.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessutti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Ironi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert. (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Rogério Carvalho e Luiz Antonio Setti. (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 98/89

Curitiba, 29 de novembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, os inclusos convênios celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os Municípios de Alto Paraná (1.11.88), Cascavel, (16.3.89), Foz do Iguaçu (12.4.89) e Guarapuava (22.6.88), Jesuítas (7.6.89) e Turvo (13.10.88), objetivando a construção de prédios para instalações da Polícia Civil.

Para fins de referendo dessa Casa de Leis, são ainda encaminhadas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Estado, através da SESP e os Municípios de Foz do Iguaçu (20.10.88), Foz do Iguaçu 12.4.89), Maringá (10.8.87) e Telêmaco Borba (29.3.89), objetivando a construção de prédio para instalações da Polícia Militar do Estado.

São, finalmente, encaminhadas ao referendo dessa Assembléia Legislativa, cópias autênticas de Aditivos, celebrados pelo Estado, através da SESP e os Municípios de Alto Paraná (10.7.89), Guarapuava 24.10.88), Foz do Iguaçu, (5.5.89), Maringá (13.7.88), Maringá 18.7.88), Maringá (1.11.88), Maringá (4.11.89), Maringá (14.4.89), Prudentópolis (13.12.88) e Prudentópolis (15.5.89), a convênios objetivando a construção de prédios destinados à Polícia Civil ou à Polícia Militar do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 99/89

Curitiba, 29 de novembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Convênio n.º 04/89, celebrado em 14 de agosto de 1989, anteriormente, portanto, à data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Departamento de Estradas de Rodagem e o Departamento de Trânsito, objetivando a execução dos serviços para arrecadação dos

valores provenientes de multas pendentes de interesse do DER/PR.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

MENSAGEM N° 100/89

Curitiba, 29 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para fins de referendo dessa Augusta Casa de Leis, os inclusos convênios celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e os Municípios de Rolândia (4.10.89) e São João do Ivaí (25.9.89), objetivando a construção de prédios para Agências de Rendas.

Para fins de referendo dessa Casa de Leis são também encaminhadas cópias autênticas de Termos Aditivos celebrados com os Municípios de Grandes Rios (7.8.89), Maringá (25.7.89), Nossa Senhora das Graças (25.7.89), Ortigueira (13.9.89), São Mateus do Sul (10.7.89) e Sertãozinho (13.9.89), a convênios que objetivam a construção de prédios para Agência de Rendas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 101/89

Curitiba, 29 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa autorização a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa, nos termos das minutas anexas celebrar os seguintes Convênios.

I - com o CEAG - Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, objeti-

Curitiba, terça, em 05.12.89

vando propiciar apoio ao empresário industrial comercial e de serviços do Estado, mediante os projetos que especifica.

II - com o Município de Marialva, objetivando a promoção das potencialidades do Município, bem como da comercialização de produtos agropecuários;

III - com o Município de Ponta Grossa, objetivando a promoção das potencialidades econômicas do Município e da Região, bem como da comercialização de produtos industrializados; e

IV - com o Município de São José dos Pinhais, objetivando a promoção do comércio no Município, conforme projeto que menciona.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 102/89

Curitiba, 29 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, possa, nos termos da minuta padrão anexa, celebrar convênio com os Municípios de Cambé, Campina da Lagoa, Cascavel e Ponta Grossa, objetivando a manutenção e reparo de veículos da Polícia Civil e da Polícia Militar nos referidos municípios.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 103/89

Curitiba, 29 de novembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, possa, nos termos da minuta anexa, celebrar convênio com o Município de Araucária, objetivando repasse de recursos fi-

nanceiros ao Município, visando a desapropriação de áreas para possibilitar acesso às propriedades que ficaram ilhadas pela represa do Passaúna.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 104/89

Curitiba, 01 de dezembro de 1989.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins Constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação amigável da doação do imóvel "Caieira", sito em Guaratuba, feita à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, conforme o disposto na Lei n° 7.457, de 28 de maio de 1981, e a doar o referido imóvel ao Município de Guaratuba, para regularização do assentamento de seus ocupantes.

A conveniência e oportunidade, assim como o interesse público de que é revestida a medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa, estão detalhadamente contidos no Parecer Jurídico Conjunto, cópia anexa, emitido pela Procuradoria Geral do Estado e pela Companhia de Habitação do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar escritura pública de revogação amigável da doação do imóvel "Caieira", sito em Guaratuba, feita à COHAPAR em consonância com o autorizado pela Lei 7.547 de 28.05.81, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná sob n° 1.057, aos 02.06.81, através da escritura de fls. 113 do livro 450, do 3° Tabelionato de Notas de Curitiba, registrada sob n° R-1-26.840 no livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis do 2° Ofício de São José dos Pinhais.

Art. 2° - Fica o Poder Executivo autorizado a doar o imóvel objeto do artigo 1° supra, ao Município de Guaratuba, com a condição de que este regularize o assentamento dos ocupantes do imóvel em tela, segundo critérios da Justiça Social, visando atender a população de baixa renda do Mu-

nicípio, e em específico do lugar "Caieira", já mencionado.

Art. 3° - A Municipalidade de Guaratuba ficará obrigada a titular e legalizar os lotes às pessoas carentes, dando preferência aos atuais ocupantes, através de venda, com cláusula de inalienabilidade pelo período de 15 anos a contar da data da transmissão ao Município.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ - COHAPAR

PARECER JURÍDICO CONJUNTO

Ref.: Imóvel "Caieira"- Guaratuba - revogação de doação à COHAPAR e doação ao Município de Guaratuba.

Considerando-se que ao Estado compete zelar pelo patrimônio público e bem estar de seus cidadãos e que os interesses coletivos dos mesmos constituem prioridade, é de se rever os pedidos geradores dos processos protocolados sob n°s 64.431-2; 644.997-2 e 513.848-5, que refletem anseios da comunidade moradora na área em epígrafe, tendo-se em conta o seguinte:

01. Aos 03.09.81, através de escritura pública lavrada pelo 3° Tabelionato de Notas desta capital, às fls. 113 do livro 450, o Estado do Paraná doou à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o imóvel denominado "Caieira", sito em Guaratuba, gerando a matrícula 26840 e registro R-1-26.840, no livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de São José dos Pinhais, com a condição de que a COHAPAR deveria construir sobre o mesmo um conjunto habitacional para famílias de baixa renda, conforme o autorizado pela Lei 7457, de 23.05.81, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná n° 1057, de 02.06.81;

02. Aos 10 de março de 1982 a COHAPAR aprovou, junto à Municipalidade, de Guaratuba, projeto de loteamento do referido imóvel, que gerou a AV-2-26840 na referida matrícula, datada de 22.03.82, pretendendo, assim, atender o estabelecido na Lei e escritura mencionadas, ocasião em que o então ITC promoveu o assentamento sobre a área em tela, de diversas famílias de pescadores transferidos por razões técnicas da "praia grande" para a mesma;

03. Ainda em março de 1982, Carlos Floriano Costa e outros propuseram ações judiciais relativas à posse do imóvel, que o deixavam "sub judice" paralisando os trabalhos iniciados pela COHAPAR até 1989, quando a justiça reconheceu os direitos desta Companhia, entretanto, em tal período, diversas outras famílias vieram a ocupar o imóvel com base em escrituras outor-

gadas por pretensos proprietários do mesmo, que tiveram seu título aquisitivo anulado pela Justiça Estadual em ação proposta pela Procuradoria do Estado já em 05.09.79;

04. Durante o período em referência e após o mesmo a COHAPAR e a Procuradoria Geral do Estado promoveram diversas medidas visando solucionar as questões surgidas com a ocupação da área, das quais participaram diversos órgãos estaduais, inclusive o Serviço de Patrimônio da União, detentor dos "Terrenos da Marinha" limitrofes à mesma, porém é evidente que a ocupação do terreno frustrou a intenção da COHAPAR de atender a já citada condição de doação;

05. É de ressaltar que foram propostas, inclusive, medidas judiciais contra os ocupantes, mas que vieram a ser suspensas pois não tem sentido retirar do imóvel aqueles que deverão ocupá-lo;

06. As suspensões das citadas medidas judiciais foram fruto dos pedidos geradores dos protocolos inicialmente referidos no presente parecer, e foram formuladas por que a comunidade de Caieira pede que a solução da questão seja entregue ao Município de Guaratuba, onde estão os seus representantes mais próximos, com o que a Municipalidade revelou estar de pleno acordo e a COHAPAR não faz objeção.

A situação exposta, o revelado anseio da comunidade interessada, a manifesta concordância da Municipalidade em resolver a questão e a inexistência de óbices pela COHAPAR, que não tem como atender a obrigação que inicialmente lhe foi dada, são fatores suficientes para levar os subscritores a opinarem favoravelmente ao pretendido, ou seja, a revogação da doação à COHAPAR e consequente doação ao Município, com a obrigação de que este regularize o assentamento dos ocupantes do imóvel, observados critérios de justiça social e em consonância com os primeiros objetivos de doação da área, ou seja, atender as famílias de baixa renda da comunidade local.

Assim sendo, somos de parecer que seja enviada à Assembléia Legislativa Estadual, mensagem de Lei que autorize os procedimentos acima, segundo as condições mencionadas.

Oferecemos em anexo, a minuta de Lei, consoante despacho do Senhor Procurador Geral.

Curitiba, 17 de novembro de 1989.

MARCOS HENRIQUE MACHADO PEREIRA

Procurador do Estado

ROMEUI VIOLANI CARNEIRO

Procurador do Estado

ELMAR TOBIAS TALAMINI

Chefe da Assessoria Jurídica da COHAPAR

Curitiba, 1º de dezembro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembléia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda, possa celebrar convênios, nos termos das minutas anexas, com os Municípios de Andirá, Cambará, Jacarezinho, Palmeira e Santo Antônio da Platina, visando o incremento da arrecadação de tributos estaduais, o combate da evasão de produtos primários e a instalação de unidades de atendimento ao público.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa

Ofícios:

Sob o nº 1024/89, do Senhor LUIZ CHEMIN GUIMARÃES - Procurador Geral de Justiça, encaminhando projeto de lei propondo a alteração dos vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de administração Superior do Ministério Público.

Ao conhecimento da Casa.

Indicação:

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, nesta Assembléia Legislativa, indica os Deputados Gernote Kirinus e Caíto Quintana para integrar a Comissão Especial dos Brasiguaios, na qualidade de membros titulares e o Deputado Sabino Campos, como suplente.

Agradecendo suas providências, no sentido de oficializar nossa indicação, valemo-nos da oportunidade para reiterar nossas expressões de estima e consideração.

Cordialmente

Sala das Sessões, em 05.11.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2825

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA, no Projeto de Lei complementar nº 312/89, que regulamenta a correção dos valores dos vencimentos dos servidores estaduais pela BTNEs.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 2804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, PREFERÊNCIA de VOTAÇÃO e DISCUSSÃO ao Projeto de Lei n° 347/89.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, DISPENSA DE REDAÇÃO FINAL a todos os Projetos aprovados em 3ª discussão na sessão de hoje, e, que não receberam emendas.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2827

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, DISPENSA da Publicação da Redação Final do Projeto de Lei Complementar n° 297/89.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 2807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar n° 283/89, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 (dez) sessões, a fim de se proceder à consulta dos envolvidos.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2828

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 247/89, pelo prazo de 10 (dez) sessões.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 2802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Coronel MANOEL CURSINO DIAS PAREDES ocorrido em 03.12.89, nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enluta-

da.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 72 anos, faleceu em 03.12.89, nesta Capital, o Coronel reformado da Polícia Militar MANOEL CURSINO DIAS PAREDES.

Manoel C. Dias Paredes deixa viúva D. Eloína Paredes e dois filhos, ambos oficiais do Corpo de Bombeiros.

Membro de tradicional família paranaense, o coronel exerceu importantes postos na carreira da Polícia Militar: Comandante Geral da Polícia Militar, Chefe da Casa Militar da Governadoria do Estado do Paraná, Comandante do Corpo de Bombeiros e Diretor do Presídio Provisório do Ahú. Também exerceu cargo político, pois pela vontade popular foi eleito vereador por Curitiba.

Seu desaparecimento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Manoel.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Paredes endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 2801

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, Voto de Congratulações à Refrigeração Paraná S.A., na pessoa de seu Diretor Presidente Sérgio Marcos Prosdócimo, pela passagem dos 40 anos de sua fundação. Desde seu início, sob a direção do inesquecível Joanin Prosdócimo, a Refripar se destacou como um empreendimento de sucesso.

Requer, ainda, que se dê conhecimento deste voto à empresa homenageada, por sua posição como símbolo da capacidade de iniciativa e de descortínio econômico dos paranaenses. Com efeito, a Refripar é hoje conhecida nacionalmente como uma das maiores indústrias de aparelhos eletrodomésticos para refrigeração e conservação de alimentos, fabricando geladeiras, freezers, máquinas de gelo, fornos de microondas, comercializando aspiradores de pó especiais. A Refripar lidera ainda um só-

lido grupo empresarial com operações em todo o Brasil, exporta grande parte de seus produtos, tem presença destacada nos mercados de capitais e se afirma como um dos empreendimentos mais modernos, de forte participação social e largo índice de automação industrial.

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, Votos de Congratulações ao Município de Guarapuava, pela passagem dos 170 anos de sua emancipação política.

Outrossim, requer que da decisão do Plenário, seja dada ciência aos Senhores Fernando Ribas Carli, Prefeito Municipal, Vereador João Bosco Pires Presidente da Câmara Municipal, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população Guarapuavana.

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 09 de dezembro, marcará a passagem de 170° aniversário de emancipação política de Guarapuava.

O Município surgiu no ciclo do tropeirismo por longo tempo sua base econômica na indústria extrativa da madeira e erva mate.

Quando Guarapuava completa 170 anos de emancipação política, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Municipal, bem como todos os Senhores Vereadores immanados nos mesmos propósitos para a grandeza do Município, daí a firmeza de trabalho e progresso de toda a sua população.

É com grande júbilo que o povo guarapuavano comemora o 170° aniversário de seu município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo de Guarapuava conquistou com trabalho, a esperança de dias melhores, converte-se efetivamente numa certeza.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Guarapuava é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para as demais cidades paranaense.

REQUERIMENTO N° 2806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da sessão de hoje, Votos de Congratulações ao Município de Pinhão, pela passagem dos 25 anos de sua emancipação política.

Outrossim, requer que da decisão do Plenário, seja dada ciência aos Senhores Darcy Brolini, Prefeito Municipal, Vereador Nelson Zambruski, Presidente da Câmara Municipal, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentem a laboriosa população pinhãoense.

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

Quando Pinhão completa 25 anos de emancipação política, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Municipal, bem como todos os Senhores Vereadores immanados nos mesmos propósitos para a grandeza do Município, daí a firmeza de trabalho e progresso de toda a sua população.

É com grande júbilo que o povo pinhãoense comemora o 25° aniversário de seu Município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o seu povo conquistou com trabalho, a esperança de dias melhores, converte-se efetivamente numa certeza.

Nesta data tão significativa, todo o povo de Pinhão é credor de nossa homenagem e do nosso reconhecimento, na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para as demais cidades paranaense.

REQUERIMENTO N° 2819

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, Votos de Congratulações pela fundação e eleição da primeira diretoria da ASSOCIAÇÃO DE VICE-PREFEITOS DA REGIÃO SUL DO PARANÁ.

No último sábado, dia 03 de dezembro próximo passado, inúmeros vice-prefeitos, representando quase todos os municípios da região sul do Estado, reuniram-se em Caioabá, para a formação da ASSOCIAÇÃO DE VICE-PREFEITOS da região, conforme orientação da VICEPAR, Associação de Vice-Prefeitos do Paraná, de criar unidades descentralizadas da entidade, agrupando municípios por suas microrregiões.

A primeira diretoria da Associação ficou assim constituída: Presidente, RONIL

FRANCISCO RIBAS (Piraquara); Vice, PAULO CHAVES (Guaratuba); 1º Sec., HÉLIO NASCIMENTO (São José dos Pinhais); 2º Sec., DJAIMA EMÍLIO BUBNIAK (Contenda); 1º Tes., JOSÉ CARLOS ZANLORENZI (Campina Grande do Sul); 2º Tes., EDMUNDO BORA (Balsa Nova); 1º Orador, ONILDO GELATTI (Mandirituba) e, 2º Orador, HILÁRIO GONÇALVES DO VALE (Quitandinha).

A entidade fundada tem a finalidade precípua de lutar pela ampliação e fortalecimento da competência atribuída ao cargo de vice-prefeito dos municípios.

A diretoria eleita tem mandato de um ano e um trabalho reconhecidamente difícil, seja ele, o de pugnar pela conquista de atribuições compatíveis à responsabilidade com que arca o vice-prefeito na municipalidade, emprestando seu aval à administração e, portanto, devendo ser figura de peso nessa gestão.

Recebam, os eleitos, os cumprimentos desta Casa Legislativa, associados aos mais sinceros votos de êxito e realizações na atividade ora iniciada.

Do teor do presente, dê-se ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2823

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de Votos de Congratulações ao Senhor Afonso Rangel, pela brilhante participação na 11ª Etapa do Campeonato Sul Americano e 5ª Etapa do Campeonato Brasileiro de Fórmula 3, realizado no Autódromo Internacional do Paraná, em Curitiba.

REQUER, ainda, que do presente se dê conhecimento ao Senhor Afonso Rangel, através de correspondência enviada para o seguinte endereço: Rua Marcelino Champagnat, 505 - Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Afonso Rangel, automobilista curitibano, foi o único representante desta Capital a representar nossa cidade, e após brilhante desempenho subiu ao pódio, dignificando assim e analtecendo o orgulho dos curitibanos e todos os paranaenses.

REQUERIMENTO N° 2824

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos aos empresários MANOEL CORDEIRO e ANIBAL CORDEIRO, pela passagem do 20º aniversário

de fundação de suas empresas MANOEL CORDEIRO CIA LTDA. e Indústria de Madeira SONELY LTDA.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos Senhores MANOEL CORDEIRO e ANIBAL CORDEIRO, para que recebam e transmitam a todos os seus colaboradores e auxiliares o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É sempre motivo de júbilo para todos nós paranaenses quando a estrutura da iniciativa privada chega completar 20 anos de ininterrupta atividade no ramo madeireiro.

As firmas instaladas no Município de ANTONIO OLINTO, sob a coordenação direta dos empresários Manoel Cordeiro e Anibal Cordeiro, representam a crença no crescimento do Paraná e no desenvolvimento de sua potencialidade empresarial. As mencionadas empresas ao longo destes 20 anos, com a liderança de seus Diretores, com seu dinamismo e admirável coragem, enfrentaram todos os obstáculos surgidos, embora tenham passado crises e desafios em face das próprias condições brasileiras. No Paraná muitas não resistiram, ficaram estagnadas pelo caminho do tempo, esmagadas pelos problemas conjunturais agravados pelo desânimo e até pela falta de visão administrativa. Outras triunfaram, é o caso destas firmas de Antonio Olinto que ultrapassaram todas as barreiras encontradas.

É salutar ver a disposição e a alegria dos Diretores e colaboradores das mencionadas firmas.

É portanto, motivo de júbilo para todos nós paranaenses a comemoração do 20º aniversário dessas empresas.

A este acontecimento o Poder Legislativo através deste Deputado, se associa como representante do povo do Município de Antonio Olinto, congratulando-se com os diretores e todo o seu corpo de colaboradores como atestado de que o sucesso é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO N° 2826

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, REQUER, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, Votos de Congratulações à CASA LATINO AMERICANA e ao CONSELHO ESTADUAL DA CONDIÇÃO FEMININA pela realização do MUIRAQUITÁ - I ENCONTRO NACIONAL DA MULHER INDÍGENA.

Muiraquitã, palavra indígena que significa resgate do passado, é a denominação escolhida para o I Encontro Nacional da

Mulher Indígena, realizado nos dias 25 e 26 de novembro próximo, na Universidade Popular do Trabalho.

Participaram do evento, aproximadamente representantes de 46 nações indígenas do Brasil, entre Caiapós, Tucanos, Guarani, Carajás, Xokó, Caigangues e outros.

O Encontro promovido pelo Conselho Nacional de Condição Feminina, em conjunto com o Governo do Estado e a Casa Latino Americana foi coordenado pela índia Enaiê Guarani, coordenadora de assuntos indígenas da CASLA e foi realizado objetivando discutir a discriminação pela qual passam os índios no país, desde o não reconhecimento de seus costumes, crença e cultura, culminando, principalmente, pela inviabilidade junto ao mercado de trabalho, no caso específico da mulher.

A realização desse evento é da maior importância e do mais elevado interesse do Estado, para o estudo, discussão e definição de uma política indianista séria e humana.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos homenageados, na suas respectivas sedes, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de louvor à Fundação Nacional de Bem Estar do Menor, FUNABEM, pelo transcurso do 25° aniversário da sua fundação.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

A FUNABEM acredita que o desemprego, a fome, a miséria dentre outras, são causas que geram como efeito a marginalidade e a violência e que crianças e adolescentes são as suas maiores vítimas.

É por isso que vem dedicando sua existência ao atendimento dos menores carentes.

Através do trabalho dedicado dos seus servidores, proporcionando os jovens valores indispensáveis à sobrevivência e bem estar, prepara-os para que num futuro próximo contribuam efetivamente com seu trabalho para o desenvolvimento da Nação.

Dedicar-se a jovens carentes é quase um sacerdócio, embora desejando que não existissem, convive-se com os frutos da doença, do analfabetismo, do desabrigo e do desemprego.

É portanto justo que quando a FUNABEM completa o seu jubileu de prata preste-se uma homenagem a todos os seus funcionários através de sua Presidenta, Professora Ma-

Curitiba, terça, em 05.12.89

rina Bandeira de Carvalho e do Chefe do Escritório do Paraná, senhor Francisco dos Anjos desejando-lhes êxito cada vez maior, pois a salvação dos nossos jovens é a salvação do nosso próprio futuro.

REQUERIMENTO N° 2810

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja aumentado de cinco para seis, o número de membros que compõem a Comissão Especial dos Brasiguaios, recentemente criada.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 2821

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que após ouvido o Douto Plenário, seja enviado ofício ao Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando estudos visando a instalação de uma Agência no Distrito de Iracema, situado no Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

Com um grande número populacional, composto em sua maioria por produtores rurais, Iracema é um distrito onde o desenvolvimento é uma realidade, tanto é verdade, que já iniciou um movimento pela sua emancipação político-administrativa.

O comércio também ocupa destaque no cenário local, oferecendo todas as condições para os moradores não necessitarem se deslocar para outros centros. A ausência significativa do referido distrito é de uma agência bancária, a qual proporcionaria um novo impulso ao progresso do futuro município do estado.

Considerando-se o exposto, solicito estudos mais detalhados, visando atender esta reivindicação de suma importância para os projetos futuros daquele povo.

REQUERIMENTO N° 2822

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, que seja enviado ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos visando a complementação asfáltica de um trecho de aproximadamente 15 metros de extensão, que dá acesso ao Distrito de Iracema, no Município de Formosa do Oeste.

O referido Distrito vem pleiteando a sua emancipação político-administrativa e esta conclusão do asfaltamento, contribuiria para o embelezamento do acesso principal, além da finalidade básica de uma pa-

vimentação.

Certos de podermos contar com a especial e costumeira atenção por parte desta pasta, solicitamos diligências.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 2814

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Adrianópolis.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderá ser obtida através de consulta ao senhor Prefeito Municipal, Osmar Maia.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2815

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Paranaguá.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderá ser obtida através de consulta ao Senhor Prefeito Municipal, José Vicente Elias.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda que não dispõem de

outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2816

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Antonina.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderá ser obtida através de consulta ao senhor Prefeito Municipal, Leopoldino de Abreu Neto.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2817

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Cerro Azul.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderá ser obtida através de consulta ao senhor Prefeito Municipal, Adjair Bestel.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a fa-

mílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2818

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongruel, no sentido de viabilizar a construção de 100 (cem) unidades habitacionais populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no Município de Guaraqueçaba.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderá ser obtida através de consulta ao senhor Prefeito Municipal, Luiz Chemim.

Devido ao déficit habitacional, verificado no município em questão, tenho a certeza de que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que estas casas viriam atender a famílias de baixa renda que não dispõem de outro meio para aquisição de um imóvel residencial.

Requer, ainda, seja dada ciência ao Senhor Prefeito Municipal e aos vereadores do município em questão.

Sala das Sessões, em 05.12.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2812

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e na forma do disposto no art. 55 da Constituição do Estado do Paraná, REQUER o encaminhamento, ao Senhor Secretário de Estado da Administração, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1 - Qual o número de pensionistas do Estado nas condições previstas no art. 1° da Lei n° 8.246, de 13 de janeiro de 1986, ou seja, "aos portadores de hanseníase definitivamente incapacitados para o trabalho em razão de lesões físicas ou defeitos causados pela moléstia, e desprovidos de fonte de renda que assegure a sobrevivência e manutenção própria de seus dependentes"?

2 - Qual o valor da pensão mensal, paga hoje, a estes pensionistas?

3 - Qual o número de pensionistas assilados definitivamente em nosocômio ofi-

Curitiba, terça, em 05.12.89

cial? (Pensionistas hansenianos)

4 - Qual o valor da pensão mensal paga aos pensionistas mencionados no item anterior?

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2813

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER de Vossa Excelência, o encaminhamento, ao Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, o seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Tendo em vista que, apesar da Justiça do Paraná, através do Juízo competente, ter cassado a liminar que permitiu a realização do jogo de azar, denominado "bingão", os órgãos de comunicação continuam divulgando a realização dos mesmos e as cartelas sendo vendidas, solicita-se as seguintes informações:

1- Essa Secretaria foi oficialmente informada da medida judicial mencionada, que retira a permissão para realização do jogo denominado "bingão"?

2- Se tem, quais as medidas já tomadas para impedir a realização deste?

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) ALGACI TÚLIO

Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 370/89

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Ficam instituídas, na forma do artigo 21, da Constituição do Estado, as Microrregiões de Rio Negro e Pitanga.

§ 1° - A Microrregião de Rio Negro constitui-se dos Municípios de: Campo do Tenente, Piên, Quitandinha, Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Antonio Olinto.

§ 2° - A Microrregião de Pitanga constitui-se dos Municípios de: Nova Tebas, Cândido de Abreu, Palmital, Turvo, Manoel Ribas, Roncador e Iretama.

Artigo 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei complementar em tela tem o intuito de, antecipando o futuro, datar Rio Negro, de consolidado e profícuo progresso econômico; e Pitanga, de desmedido crescimento populacional, das condições integradas aos Municípios limítrofes e identificados a sensível propulsão dessas duas cidades, sedes de interesses afins, de desempenhos sócio-cultural-eco-

Curitiba, terça, em 05.12.89

nômicos peculiares, visando garantir as efetivas conquistas da urbanização íntegro-planejada, possam auferir de políticas consentâneas ao incremento do bem-estar e da qualidade de vida social.

O sincronismo das ações administrativas voltadas à consecução do ideal de propiciar os meios para o alcance de uma sociedade menos traumatizada pelos arranjos de última hora que as administrações municipais das grandes regiões metropolitanas instituídas, por exemplo vivenciam, não ocorrerão, seguramente nesses municípios tão ligados em afinidade, interesses comuns, formados no propósito de desenvolver-se harmoniosamente.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 369/89
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Artigo 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o "Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol", com sede e foro no Município de Campo Mourão, Distrito Administrativo de Farol.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.89

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, foi fundado no dia 16 de outubro de 1988 e desde a sua fundação vem desempenhando um trabalho sem precedentes em sua área de atuação.

Integrado por membros da comunidade o conselho tem por finalidade dinamizar as ações da comunidade como agente de seu próprio desenvolvimento, atuando em estreita colaboração com os órgãos do Poder Público.

Longe, de ser apenas mais uma entidade cartorial, compete ao conselho, colaborar na realização de programas de interesse social, econômico e de desenvolvimento comunitário, observando o equacionamento de necessidades e problemas, buscando a solução para os mesmos e oferecendo-se como voluntário se necessário for, para resolvê-los.

Cabe ainda a esta douta comissão, conscientizar a comunidade de suas potencialidades, levando-a a responder aos seus anseios.

Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, político-apartidária, reconhecê-la como de Utilidade Pública, implica intrinsecamente, em reconhecer o próprio espírito de solidariedade, fraternidade e cooperativismo, como sendo útil para o alcance

de uma sociedade melhor organizada, ciente de seus direitos e compromissada com seus deveres.

Considerando-se o exposto, temos a certeza da importância da organização popular, somarão conosco nesta iniciativa.

"RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE FAROL NA GESTÃO 1989".

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Farol, celebrou um Convênio com a Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social, através do qual competiria a ele, administrar e prestar contas dos recursos para a construção de uma Creche Comunitária para atendimento de crianças de 0 a 16 anos, com funcionamento em período integral.

Basicamente todas as atividades desta gestão estiveram voltadas para o cumprimento deste dispositivo, findo o ano com a conclusão da obra, com 300 metros quadrados e capacidade de atender, a demanda da comunidade diretamente interessada.

Ademais, foram realizadas algumas promoções beneficentes com o intuito de se absorver recursos para serem aplicados no pagamento da mão-de-obra das pessoas que trabalharam na construção, bem como, colaborado com outros órgãos no planejamento e execução de medidas de interesse comunitário, com ênfase, para a Associação Comunitária local.

Por ser a expressão da verdade, dato e assino a presente declaração.

Distrito de Farol, 01.12.89

(a) GILMAR APARECIDO CARDOSO

Presidente

Finda a leitura do expediente.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Eu gostaria de enaltecer a presença, aqui neste Plenário, do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Carlópolis, Luiz Garbelotti.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta tribuna eu me recordo, e quero crer os companheiros também, por diversas vezes no ano passado, quando o Ministério dos Transportes viveu momentos difíceis, na tentativa de retomar alguns recursos

para recuperar os prejuízos causados pela falta de atenção no que diz respeito à manutenção das nossas rodovias, eu vim a esta tribuna chamando a atenção do Governo Federal e pedindo através do Governo Estadual e por que o Governo Estadual?

Porque no Governo Estadual nós temos, a nível de Brasil, 12 mil quilômetros de rodovias pavimentadas. Isto quer dizer o seguinte: a nossa malha rodoviária atinge, somando os eixos rodoviários federais e estaduais, eixos rodoviários federais em torno de 3 e estaduais em torno de 9, num total de 12 mil quilômetros rodoviários.

É uma das maiores faixas rodoviárias do Brasil. Por quê? Porque o Paraná é um Estado celeiro; porque o Paraná é um Estado que contribui para a nossa economia, para a nossa receita. Porque o Paraná é um Estado eminentemente agrícola e porque o Paraná contribui para o bolo orçamentário de uma forma extraordinária.

Razão pela qual eu vim e pedi ao Governador do Estado do Paraná, Governador Álvaro Dias, que procurasse sensibilizar o Governo Federal na necessidade de recuperar a rodovia 277, a rodovia 116, a rodovia 369, a rodovia 376, que são indiscutivelmente os 4 eixos fundamentais por onde escoam todas as nossas riquezas, e como tal estavam totalmente desassistidas daquele recurso necessário capaz de oferecer ao Governo o atendimento necessário para que junto ao corredor maior de exportação que seria Paranaguá e agora recentemente Antonina, e aqueles que saem pelo Norte Pioneiro do Paraná, com destino ao Porto de Santos, todo o atendimento necessário, toda a assistência necessária para que não ocorresse o que está a ocorrer.

O Governo naturalmente preocupado em agilizar, formar recursos, procurou criar formas tributárias no sentido de que a própria comunidade como de praxe e como sempre contribui para o grande bolo orçamentário do Governo e ele deveria repassar aos respectivos estados por prioridade aquilo que se fizesse necessário.

Mas, absolutamente nada se fez. Em que pese o esforço do Governo Estadual nada aconteceu e agora nós estamos aí mais uma vez na iminência de fecharmos o grande eixo, corredor de exportação do Paraná, do Brasil, que é a BR-277.

Lembram-se os senhores que a associação de transportadores de cargas chegou até a movimentar o Paraná para tentar bloquear na Ponte da Amizade, ponte Brasil-Paraguai aquilo que a rigor poderia trazer um problema de ordem diplomática, um problema de ordem internacional.

Pela minha experiência no que diz respeito a operações de caráter de defesa interna, sobre a repercussão, eu disse dessa tribuna, daquela do lado de lá quando eu

estava do lado do Governo. Hoje estou do lado de cá, mas estou fazendo uma conclusão para o Governo, porque acima de tudo eu sou Governo, acima de tudo eu sou Brasil e não quero indiscutivelmente ver as nossas divisas serem comprometidas porque reverte em prejuízos para todos nós.

E eu dizia, não é por aí meus queridos companheiros que nós vamos amedrontar, sensibilizar o Governo do Paraguai, Governo passado do General Stroessner, cujo resultado dispensa comentários e vocês todos assistiram. Isto é uma medida de caráter diplomático que cabe ao Governo do Estado, junto ao Governo Federal, através da embaixada representativa, o Itamarati, administrar. Graças a Deus fomos ouvidos e a ponte não se fechou, porque o Paraná não poderia, indiscutivelmente, criar um problema para o Brasil e para o mundo dentro daquelas conversões diplomáticas ligadas pela OEA, Organização dos Estados Americanos, nós jamais poderíamos criar um problema e o Paraná não poderia, porque o Paraná é um Estado modelo a nível de Brasil; mas agora meus queridos companheiros, nós estamos repetindo aquilo que é muito comum dizermos: "os fatos se repetem na história". Está aí novamente a associação concitando, conclamando o fechamento das BRs, atentem bem para o detalhe: 277, 116, 376 e 369; não pode, indiscutivelmente, o Governo criar; o que o Governo pode, indiscutivelmente, é tentar fazer aquela operação "tapa buraco"... só para concluir Senhor Presidente, futuro Governador do Estado, me permite por favor?

O Estado não pode, indiscutivelmente, agir pela falta de razão e tomar uma decisão pela emoção e trazer um problema de prejuízos extraordinários para todos nós.

Concluindo meus queridos companheiros: nós deveremos, se não hoje, amanhã o mais tardar, ler a mensagem do Governador no que diz respeito ao aumento da área de segurança pública. Eu peço a atenção dos companheiros atentando para a forma com que o Governo vem alinhando as duas grandes corporações; é um momento bastante delicado, estarei atento, à qual, conclamo os companheiros também para nós não cometermos erro nenhum e para que possamos então analisar com critério o que o Governo está apresentando. Bastante atenção companheiros, eu voltarei aqui se ainda o tempo me permitir no horário do meu Partido para dar continuidade a este raciocínio antes da chamada do encaminhamento da mensagem, que segundo eu tive a oportunidade de tomar conhecimento, deverá ser lida ainda hoje, senão amanhã.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lindolfo Júnior com a palavra.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Deputado Raul Lopes levanta uma questão de suma importância desta tribuna com relação à BR-277: o protesto dos caminhoneiros; e evidentemente que esses buracos, que essa falta de conservação atenta contra a integridade física, não somente dos paranaenses, mas dos brasileiros. E como sempre debatemos aqui no campo das idéias, e como sempre apoiamos as medidas acertadas do Governo do Estado do Paraná, é evidente que deve-se salientar que o Governo Estadual não tem culpa com relação ao descaso das rodovias federais. O que nós queremos questionar e pedimos, espero que não seja em vão, o apoio desta Casa com relação à aplicação do selo pedágio no Estado do Paraná. O que tem arrecadado o Paraná e o que tem recebido o nosso Estado de tributo de um imposto que deveria retornar para as estradas federais nos limites do Estado do Paraná.

É profundamente lamentável e deixamos, aqui registrado, o nosso protesto contra o Governo Federal. Ainda esta semana conversaremos com o Diretor Geral do DETRAN no Paraná para sabermos, efetivamente, quanto o Paraná arrecadou até o presente momento.

Aproveito este horário também, Senhor Presidente, nobres Pares, para dizer que o Governo do Estado do Paraná pagará ao funcionalismo público, os salários referentes ao mês de dezembro, alegando falta de caixa, no dia 05 (cinco) de janeiro.

Nós temos um projeto, e quero pedir o apoio deste Parlamento para este Projeto, que regulamenta o artigo 27, parágrafo 7º, da Constituição Estadual, por isso, não é um Projeto inconstitucional, com relação aos vencimentos e ao pagamento dos funcionários públicos do nosso Estado.

É evidente que as lideranças do PMDB e do Governo tentaram, no consenso das lideranças, retirar este dispositivo da Constituição, mas prevaleceu a vontade da maioria. O que nós queremos é que o artigo 27 seja respeitado, quando diz que o salário dos servidores públicos do nosso Estado deverá ser pago até o último dia do mês vencido.

Estamos apresentando um projeto betenizado no último dia do mês vencido e se o Governo quer pagar os funcionários públicos no próximo dia 05, não tenha dúvida, funcionário público, de que você receberá com reajuste, meu caro Enoque.

Por isso, peço a atenção dos nobres Pares, porque desde os tempos do Lupion o Governo do Paraná tem antecipado o salário de dezembro para que pelo menos o funcionário público tenha um Natal um pouquinho mais feliz.

Para encerrar, peço aos nobres Pares que nos apoiem nessa medida, porque pedi-

remos, antes do recesso ainda; a regulamentação desse artigo 27.

Muito obrigado Senhor Presidente, nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PRN se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PSDB se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PTN se fará uso do seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"O desrespeito flagrante à Constituição do Estado do Paraná, cometido, a qualquer tempo, por quem quer que seja, qualquer o cargo que ocupe, deve ser repellido e repudiado, veementemente por todos nós, Deputados Estaduais, constituintes de 89, membros da Assembléia Constituinte que redigiu a nova Carta promulgada no dia 05 de outubro.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os jornais do Estado trazem um desses casos de desrespeito às normas Constitucionais que não pode ficar ileso à nossa perplexidade e, inclusive, nossa crítica.

O Governo do Paraná vai pagar o salário do funcionalismo, referente ao mês de dezembro, entre os dias 2 e 5 de janeiro. Pelo menos é o que a imprensa está noticiando.

Vejam só, Senhores Deputados: é como se, de repente não houvesse inflação, não houvessem famílias de funcionários, não houvessem contas para pagar e, mais grave do que tudo - como se não houvesse Constituição a ser cumprida.

Há muito tempo que o Governador tem a intenção de atrasar o pagamento do funcionalismo até fazê-lo chegar aos primeiros dias de outro mês. Não sabemos, sinceramente o porquê disso mas, tanto é verdade que, durante a Constituinte, Deputados do Partido do Governador apresentaram emendas suprimindo da Constituição o parágrafo 7º, do inciso 27 que diz: "os vencimentos dos servidores estaduais devem ser pagos até o último dia do mês vencido, corrigindo-se

os seus valores se tal prazo for ultrapassado".

E esse dispositivo só permaneceu na Carta Estadual em função de uma emenda nossa, que expressava exatamente nossa preocupação com o fato de os servidores não terem seus pagamentos feitos em datas fixas mas, variáveis, o que lhes dificulta o controle financeiro particular e a boa vazão dos seus compromissos.

Vejam, Senhores Deputados, como ignorar a inflação que neste mês superou 40%? Como o governo espera que os funcionários façam frente às dívidas que contraíram com base no dia de pagamento habitual? mento habitual?

Que belo presente de natal o Governo vai dar aos seus funcionários, heim!

Eu apelo, então, ao Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, apelo aos Senhores Deputados da Bancada do PMDB para que intercedam junto ao Governador Álvaro Dias para que ele não cometa essa injustiça, essa crueldade contra os servidores públicos que já não ganham o justo e que, agora, com esse atraso, estariam ganhando menos ainda.

Mais uma vez, apelamos aos Senhores Deputados para que intercedam junto ao Governador, apelando à sua sensibilidade, em nome da família de milhares de servidores que tiveram em 1989 um ano de arrochos e que, com essa proposta do Governador, em 1990, já têm perspectivas de miséria".

A nossa preocupação na Prefeitura Municipal de Curitiba, ao lado do Prefeito Jaime Lerner, tem nos levado a refletir com relação ao funcionário.

Há que se valorizar o funcionário público, ele é o responsável pelo andamento da máquina administrativa, tanto do município como do Governo do Estado.

E ainda ontem o Prefeito Jaime Lerner encaminhou à Câmara Municipal de Curitiba, uma mensagem autorizando um aumento de 45,42% ao servidor municipal, zerando completamente a defasagem que existia e que nós recebemos já acumulada do Governo municipal anterior. Uma promessa que estamos cumprindo, promessa esta feita através dos sindicatos que integram e que representam as classes de servidores municipais do Estado do Paraná.

Gostaríamos que o Senhor Governador do Estado tivesse esta mesma sensibilidade, no sentido de ver atendidas as reivindicações dos Senhores servidores do Estado do Paraná.

E só para complementar, Senhor Presidente.

Jornais trazem hoje aqui: "Instituto de Identificação será despejado". Há quatro meses atrás, desta mesma tribuna eu já denunciava e alertava para o perigo que corriam diversos órgãos da Secretaria da

Curitiba, terça, em 05.12.89

Segurança Pública, de um possível despejo e ontem isto se confirmou com a ida de um Oficial de Justiça até o Instituto de Identificação, entregar uma intimação, ação de despejo, e vejam, Senhores e Senhoras a que ponto nós chegamos, a que ponto chega a segurança pública no Estado do Paraná, que ainda o Senhor Governador não resolveu o impasse criado junto à Polícia Civil. Há um descontentamento na classe da Polícia Militar. A Polícia Civil não está atuando. Preso cuidando de preso. O povo do Paraná está despoliciado e agora mais esta aqui ainda: ordem de despejo entregue ontem no final da tarde e só não houve despejo porque faltou tempo ao Oficial para requisitar a ajuda policial para fazer o despejo num órgão da Secretaria da Segurança Pública do Estado. É esta a situação lamentável da segurança do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PFL com a palavra.

(Declina).

PDS com a palavra.

(Declina).

PT com a palavra.

Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, demais integrantes e participantes dos nossos trabalhos legislativos desta terça-feira.

A imprensa do Paraná noticia em abundância o que está determinado pelo Governo do Estado do Paraná quanto ao calendário do pagamento do direito líquido e certo dos nossos servidores públicos no que tange aos seus vencimentos e no que tange ao 13º que lhes são de direito. Estou de posse de cópia do telex encaminhado pela Coordenadoria da Administração Financeira do Estado e órgãos pagadores que determinam que o pagamento do funcionalismo público do Estado do Paraná será feito do dia 3 ao dia 5 de janeiro próximo, o pagamento do salário de dezembro.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, este Parlamento ele de ora em diante tem que se transformar num órgão fiscalizador e a primeira fiscalização que nós temos que estar atentos é o cumprimento da lei. A lei que nós fizemos, que nós assinamos, que nós juramos, que o Governador jurou aqui neste Parlamento no dia 05 de outubro.

Nós não podemos ficar calados diante desse desrespeito com os funcionários públicos do Estado do Paraná.

O artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná, no seu inciso 23º, parágrafo 7º, nós aprovamos, assinamos e juramos o seguinte: "que os vencimentos dos servi-

dores estaduais, devem ser pagos até o último dia do mês vencido, corrigindo-se os valores se tal prazo porventura for ultrapassado"

Por isso, Senhor Presidente, senhores Deputados, não podemos admitir de maneira nenhuma, não tem justificativa Sua Excelência Governador Álvaro Dias, determinar o desrespeito à Constituição que ele jurou neste Parlamento de pagar dia 05 do mês que vem os vencimentos referentes ao mês de dezembro.

A imprensa divulga comentando a decisão, afirmando que o Governador justifica que não tem recursos. Ora, para pagamento de pessoal não tem recursos, mas tem recursos para fazer algumas obras secundárias, segundo a avaliação de necessidade social. Tem recursos para investimentos lotéricos; tem recursos para publicidade, para gastar com publicidade todo o dia, toda a hora, em todos os meios, em qualquer lugar, construindo placas, "out doors" ... para isto tem recursos. Agora não tem recursos para pagar os servidores públicos, aqueles que enobrecem e prestigiam o exercício do seu Governo.

Por isso, chamo a atenção de todos os Parlamentares de todas as bancadas, porque nós é que temos que zelar pelo cumprimento da Constituição, senão corremos o risco de nos desmoralizarmos; porque os direitos assegurados, que são poucos na Constituição do Estado ... estamos permitindo que ela se transforme em letra morta, como está sendo na Constituição Federal, no que tange aos direitos do povo e ao direito do trabalhador. Estão passando por cima, estão fechando o olho. Como acontece com a aposentadoria - está na Constituição do trabalhador e que não está sendo cumprida pelo Governo Federal. Ou a tabela de juros, nenhum banqueiro podia cobrar mais de 12% de juros por ano, hoje estão cobrando 60% ao mês. Onde está o cumprimento da Constituição Federal?

Por isso, Senhor Presidente, esperamos efetivamente que este Parlamento se pronuncie e não acate esta decisão de Sua Excelência o Governador. Temos que reagir e temos que exigir o cumprimento da Lei, por que caso contrário seremos pisoteados pela população e pelos funcionários públicos que terão que receber os salários defasados em desacordo com a nova Lei.

Era isto Senhor Presidente. Era isto, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PL se fará uso do Horário das Lideranças.

(Declina).

Consulto à Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado

Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estou voltando à tribuna porque não houve tempo para a conclusão do meu raciocínio. Em cinco minutos quase não dá tempo para se dizer nada. Desta feita, vamos começar naquilo que me diz respeito, que é a mensagem que está sendo estudada a nível governamental do funcionalismo público, em especial a área da segurança pública.

Como não podia deixar de ser, estive sondando junto às Secretarias da Administração e da Segurança e tomei conhecimento das mensagens que estão sendo alinhadas para, se possível, encaminhar hoje à tarde ainda, para serem lidas nesta Casa. E em ato contínuo ser colocado na Ordem do Dia para que possamos, "a toque de caixa", apreciar.

Chamaria a atenção dos companheiros para o cuidado necessário em analisar a proposta no que diz respeito lá na base da pirâmide, isto é, agentes e soldados. Sempre foi a preocupação do Governador Álvaro Dias, as bases. As bases onde sustentam, onde solidificam toda a estrutura política do Estado, no sentido de desenvolver aquilo que lhe diz missão, para o cumprimento das diretrizes do Governo do Estado.

Desta feita, Senhores companheiros, Senhor Governador do Estado, estou muito preocupado com o que tomei conhecimento.

Eu disse nesta tribuna e volto a dizer, vou até apresentar emenda e quero crer os companheiros também, se assim for necessário, para salvaguardar o que está acontecendo, por exemplo, a polícia civil está em greve, continua em greve, vai analisar, apreciar, e pode até prorrogar e trazer prejuízo naturalmente com o silêncio dela, de ordem extraordinária e levar ao conhecimento dos demais companheiros da polícia militar, que por extensão pode até sofrer influência como já está ocorrendo.

Não pode quebrar a tradição histórica, centenária das duas corporações, no sentido de que, uma ganhe mais do que a outra.

A isonomia de caráter jurídico que deu à polícia civil, está sendo analisada com extensão à polícia militar também, e é evidente que não pode descer no escalão hierárquico até às suas bases mas pode gradual e sucessivamente ser analisada de forma e atender todos os demais companheiros.

Razão pela qual, Senhor Governador, o Senhor deve receber por essas horas, ou até deve ter recebido, mas analise bem, porque tenho certeza que nesta Casa, nós Deputados não haveremos de deixar passar de forma solerte tudo o que está sendo preparado, para que nós possamos em apresentando aprovar de imediato.

No que diz respeito ainda a essa operação desmonte, eu queria chamar a atenção para o que ocorreu no Paraná nos anos de 1979, 80 e por aí afora, quando o Paraná foi modelo nacional, instituindo ouro verde, a operação carreteiro, operação contrabando, operações voltadas contra toda sorte de marginais, que nos eixos rodoviários, grassavam as maiores violências que pudemos assistir neste Estado.

E a continuar indiscutivelmente, o Estado ser desassistido no que diz respeito à manutenção desses eixos rodoviários, nós estamos afadado a pôr em choque toda a nossa economia, que já não é muito, pelo aspecto dos sonegadores, face a uma infraestrutura de fiscalização através de uma Secretaria competente, pormos em risco ainda aquilo que somando-se, formam-se em divisa para o bolo do orçamento que reverte no pagamento desses funcionários. Funcionários que passam necessidades e esperam, por parte do Governo, uma oportunidade melhor.

Já tomei conhecimento, prezados companheiros, assim como vocês também, do calendário que o Secretário da Fazenda administrou em forma de encaminhamento à Secretaria da Administração sobre o pagamento dos novos salários referentes ao mês dezembro.

Atentem Senhores que o Governo não vai poder pagar, por falta de recursos em caixa. Vai pagar dezembro só em janeiro do próximo ano. Vai pagar parceladamente na administração indireta em duas etapas, no dia 15, no dia 22 o 13º salário, aos funcionários celetistas, ao estatutário vai pagar até o dia 22 o 13º, é lamentável, lamentável mesmo que o Estado não tenha condições de tranquilizar essa classe sofrida dos funcionários que terão que amargar esse lamentável incidente que o Governo acaba de administrar. De sorte companheiros atendem bem para o detalhe, quando algumas horas nós teremos que analisar essa proposta de aumento.

Vamos portanto, companheiros, com os pés no chão, cumprir o dever de analisar sem paixão e com critério, se necessário for, apresentar as emendas necessárias para que o Governo tenha que corrigir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Consulto à Liderança do PMB, se fará uso do seu horário. Concedo a palavra ao Senhor Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à tribuna ler o Parecer do Projeto de Lei nº 283/89, da Comissão Geral. (LÊ): "De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei em tela tem por finalidade criar região administrativa do

Curitiba, terça, em 05.12.89

Estado do Paraná no Vale do Ivaí, com sede na cidade de Ivaiporã, conforme específica. Pela justificativa apresentada e que acompanha a presente proposta, a finalidade da mesma está em centralizar num só pólo os principais órgãos públicos estaduais, adequando assim todos os atendimentos e facilitando os trabalhos dos prefeitos da região do Vale do Ivaí nas soluções de seus problemas comuns, além disso trata-se de um Município que está estruturado para atender os municípios vizinhos.

Neste sentido, esta douta Comissão Geral, chamada a opinar, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela medida em questão, por entender que inexiste óbice que possa vir a prejudicar o seu trâmite normal, por esta colenda Casa e pelos motivos supracitados.

Neste sentido, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 283/89. É o Parecer. Sala das Comissões".

Eu, como Deputado desta Casa, como membro do Partido Municipalista Brasileiro, venho a apoiar esta proposição do Deputado Orlando Pessuti, porque entendo que Ivaiporã, realmente, tem condições de sediar a sede administrativa do Vale do Ivaí.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença dos Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para integrar a Comissão Especial dos Brasiguaios.- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei complementar de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 347/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão. - Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 347/89, de autoria do Deputado ANTÔNIO AN-

Curitiba, terça, em 05.12.89

NIBELLI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, "post-mortem", ao Senhor ABILON DE SOUZA NAVES. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 185/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede gratificação de responsabilidade técnica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. Emendas - Aprovadas.

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 329/89, de autoria do Deputado ALGACI TULLIO, que concede a ALÍDE MARIA BRÍGIDO, pensão mensal conforme específica. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. Aprovado o substitutivo geral.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 297/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que acrescenta parágrafo único ao Artigo 281, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.S.P., por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, emenda de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA AO PROJETO DE LEI N° 297/89

Art. 1° - O art. 281 da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82 fica acrescido de um parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 281.....

Parágrafo Único -

..... Polícia Civil e do Conselho Municipal de Segurança".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.12.89

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Apoiamento: Haroldo Rodrigues-Ferreira

Nereu Carlos Massignan

Raul Lopes

Pedro Tonelli.

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração legislativa visa corrigir a atual sistemática relativa ao período de permanência do Delegado de Polícia, na unidade policial, com a possibilidade de permanência ou retorno do Delegado Adjunto, como Titular na mesma unidade policial, representando um justo reconhecimento pela administração policial ci-

vil, quando de sua promoção para a classe superior, assim também premiando a dedicação e o empenho demonstrados na defesa da sociedade, da qual ele mesmo faz parte. Emendas - Aprovadas. Projeto - Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 284/89, de autoria dos Deputados GERNOTE KIRINUS e ANTÔNIO ANNIBELLI, que retifica a Lei n° 9008/89. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 67/88, de autoria da Deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que torna obrigatória a distribuição anual a todos os alunos de 1° e 2° Graus do Estado do Paraná, uma cópia da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 211/88, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que institui o "CONCURSO DE COMBATE AO FUMO", para radioamadores do Estado do Paraná a ser realizado, anualmente em 29 de agosto, "Dia Nacional de Combate ao Fumo", consagrado pela Lei Federal n° 007488, do dia 11 de junho de 1986. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. C.S.P. e C.C.E., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 192/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 59/89), que altera dispositivo da Lei n° 5.944, de 21/05/69 (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 247/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que institui gratificação de verba de representação aos funcionários ocupantes dos cargos de provimento efetivo do Quadro Próprio do Pessoal do Poder Executivo. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei n° 247/89, constante da ordem do Dia da presente Sessão - Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Nós solicitamos que se processe verificação de votação sobre este requerimento porque entendemos não ser justa a retirada da Ordem do Dia deste projeto. Eu pergun-

taria à Mesa, antes de levantar a questão, se é sobre o projeto da Região Administrativa de Ivaiporã, porque me sinaliza o assessor que não é.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É a 2.^a discussão do Projeto de Lei n° 247/89.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Peço escusas à Mesa por ter entendido erroneamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há retirada por 10 sessões. E os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram conservar-se como estão. APROVADO. - Fica portanto retirado por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei n° 247/89.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 328/89, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor JORGE ALOYSIO WEBER, e também, concede os Títulos de Cidadão Benemérito do Paraná aos Senhores CARLOS ALBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA, GEORGE CHRISTOFIS, RUBENS ARMANDO BRUSTOLIN, JOSÉ ALBERTO PEREIRA RIBEIRO e ARIIVALDO DE MELLO ARANTES. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 343/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 79/89), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por unanimidade. Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu solicito de V.Exa. uma informação a respeito do Projeto de Lei n° 243/89, se o parecer é o mesmo que nós argüimos uma questão de ordem por ocasião da elaboração do parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

O Deputado Nereu Massignan também levantou uma questão de nulidade desse parecer.

Eu gostaria dessa informação de V.Exa. para que nós pudéssemos proceder à votação do devido projeto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que o parecer é o mesmo da Comissão de Justiça e a Mesa retirou para averiguação.

E constatou que a maioria dos Deputados pertencentes à Comissão de Constituição e Justiça assinaram o referido parecer.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - V.Exa. não constatou a denúncia que nós fizemos que não houve reunião?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Bem, a Mesa informa a V.Exa. que procurou saber da presidência da Comissão e, da Comissão foi nos dado conhecimento a ata de aprovação deste projeto.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - A presidência da Comissão informou isso a V.Exa.?

Eu gostaria de registrar que nós temos conhecimento pleno. Pertencemos a esta Comissão e não fomos avisados da reunião dessa Comissão. A reunião foi uma fraude.

A reunião foi fraudulenta com o objetivo de fazer passar um projeto de forma urgentíssima. Nós temos a nossa posição clara. Não somos contra a suplementação orçamentária do Poder Executivo. Mas, é a forma Senhor Presidente, como se faz isso nessa Casa. A presidência da Comissão de Constituição e Justiça continua agindo da forma que começou a agir no início deste ano.

Nós mais uma vez denunciemos o fato a V.Exa, e dizemos que não houve reunião. É um abuso contra os Parlamentares que pertencem a esta Comissão e note V.Exa. que, por um acaso, só existem Parlamentares do PMDB nas assinaturas que aí estão, com exceção de, se não me engano, um Parlamentar do PRN. Portanto, não houve reunião. É fraude contra a administração desta Casa, contra os Deputados que compõem essa Comissão. De forma que seria melhor extinguir essa Comissão e se fazer sempre reuniões às escuras.

Era este meu pronunciamento, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o projeto. Aprovado.

A Mesa vai encaminhar expediente à Comissão de Justiça, ao Presidente desta Comissão, transmitindo a denúncia que V.Exa. fez em plenário.

O SR. PAULINO DELAZERI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero aproveitar a dar uma informação, fazer uma comunicação a este plenário, aos Senhores Parlamentares de que a Comissão Especial que trata do assunto dos brasiguaios foi instalada nesta manhã e, que amanhã, às 10 horas estará presente a esta Comissão o Consul Geral do Paraguai no Paraná para dialogar com os Parlamentares deste Poder Legislativo e, desde já está estendido o convite à presença de todos os parlamentares além dos membros que constituem naturalmente esta Comissão.

Será a reunião na sala das comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa transmite aos Senhores Deputados o convite do Deputado Paulino Delazeri.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n° 283/89, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que cria a REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL DO ESTADO DO PARANÁ, no Vale do Ivaí, com sede na cidade de Ivaiporã, conforme especifica. Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Orlando Pessuti. (Pub. no D.A. N° 93, de 24.10.89.)

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 283/89
P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, o plano de lei, em tela tem por finalidade criar a Região Administrativa do Estado do Paraná, no vale do Ivaí, com sede na cidade de Ivaiporã, conforme especifica.

Pela justificativa apresentada e que acompanha a presente proposta, a finalidade da mesma está em centralizar num só pólo, os principais órgãos públicos estaduais, adequando assim todos os atendimentos e facilitando os trabalhos dos prefeitos da região do Vale do Ivaí, nas soluções de seus problemas comuns.

Além disso, trata-se de um município que está estruturado para atender aos municípios vizinhos.

Neste sentido, esta Douta Comissão Geral, chamada a opinar, vem a fazê-lo pronunciando-se favoravelmente pela medida em questão, por entender que inexistem óbices que possam vir a prejudicar o seu trâmite normal por esta Colenda Casa, e pelos motivos supracitados.

Neste sentido, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 283/89.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.89.

(a) JOSÉ FELINTO
Presidente

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar n. 283/89. Prejudicado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desde março de 1983 quando chegamos nesta Assembléia e o Governador José Richa ao Palácio Iguazu, iniciamos entendimentos com o Governador no sentido de criar-se a região Administrativa Central do Paraná.

Para quem não sabe o Paraná é dividido em algumas regiões administrativas tendo

como cidade-pólos Guarapuava, Ponta Grossa, Maringá, Apucarana, Londrina.

E chamo a atenção de Vossas Excelências porque em Maringá, Apucarana e Londrina estão distantes uma da outra não mais do que 60 quilômetros, fazendo com que os municípios que se situam entre uma cidade e outra não tenham que percorrer mais que 30 quilômetros para ter acesso à sede da região administrativa, por conseguinte aos benefícios da regionalização administrativa.

Ivaiporã está distante de Guarapuava, 160, quase 300 quilômetros de Ponta Grossa, 140 de Campo Mourão, 140 de Maringá, 135 de Apucarana, 170 de Londrina.

E temos casos hoje com a regionalização administrativa existente, de moradores do município de Cândido de Abreu que pertencem todos à região administrativa de Apucarana que, para se servirem dos serviços da regionalização administrativa sediadas em Apucarana, precisam dispendar três dias para ir ao encontro deste benefício.

Porque saindo no primeiro ônibus de Cândido de Abreu, chegará em Apucarana em tempo não hábil para desenvolver as suas atividades. E no dia seguinte saindo no primeiro ônibus que lhe for possível não chegará em tempo de pegar o último ônibus que sai de Ivaiporã para Cândido de Abreu.

Gasta portanto, uma pessoa que vai em busca de um serviço de saúde em Apucarana, três dias para sair da sua cidade, ir a Apucarana e retornar a Cândido de Abreu.

Com base nessa aflição do povo da região central do Paraná foi que nós encaminhamos, inicialmente um requerimento através desta Casa, um ofício neste ano, com apoio de Suas Excelências os Prefeitos de todos esses municípios que constam de nosso projeto de lei complementar.

Esta nossa iniciativa está sendo analisada na Secretaria de Planejamento através do Secretário Borges de Magalhães, já tivemos oportunidade de conversar por mais de uma vez com o Governador Álvaro Dias, na presença inclusive dos Senhores Prefeitos, com a presença inclusive dos Senhores Prefeitos, retifico, com o Governador em exercício.

À época, Ary Queiroz, e todos se mostraram favoráveis à criação da região administrativa central do Paraná.

Na semana passada, estivemos com Sua Excelência o Governador, com Sua Excelência o Secretário Borges de Magalhães, os quais nos autorizaram a votar após um parecer de Comissão Geral, neste Plenário, o projeto de lei complementar, dado que a nova Constituição exige que para se criar regiões administrativas, há a necessidade de projeto de lei complementar.

Então nós estamos hoje pela vez pri-

meira apreciando este projeto de lei. Já tivemos o relatório do Deputado Felinto, lido da tribuna, e vamos agora para a votação. O Deputado Artagão pede para retirar da Ordem do Dia por 10 sessões. Nós suplicamos ao Deputado Artagão que retire o seu requerimento, que não votemos o seu requerimento porque essa é uma aspiração maior da região central do Paraná que por muitos e muitos anos ficou esquecida, ficou relegada a um segundo plano e que somente de uns governos para cá, depois que Prefeitos, Vereadores, Deputados daquela região se elegeram, inclusive Vossa Excelência, Deputado Artagão, foi que o Vale do Ivaí, região central do Paraná pode realmente ter o destaque que está tendo hoje não só neste parlamento, não só no contexto administrativo estadual. É de direito, é de merecimento, é de justiça que se cria a região administrativa central do Paraná.

Obviamente que Vossa Excelência talvez não esteja a concordar que Pitanga e Nova Tebas participem desta nossa região administrativa que terá como sede a cidade de Ivaiporã. Mas eu quero anunciar a Vossa Excelência e Vossa Excelência sabe disso, porque também subscritou um ofício nosso endereçado ao Governador Álvaro Dias, que os Prefeitos, que a Câmara de Vereadores daqueles municípios, representados por Vossa Excelência e pelo Deputado Renato Adur apoiaram a nossa iniciativa na ocasião, subscreveram o ofício endereçado ao Governador na ocasião, pedindo e concordando que se criasse a região administrativa central do Paraná, e que eles concordavam que a sede fosse a cidade de Ivaiporã.

Portanto, não fizemos nada por livre e espontânea vontade, não fizemos nada arbitrariamente, não tomamos nenhuma medida precipitada ou antecipada, inclusive para requerermos a inclusão da Ordem do Dia em Comissão Geral fomos falar com Sua Excelência o Governador Álvaro Dias e estava conosco o Líder da Bancada o Deputado Lauro Alcântara e fomos falar com o Secretário Borges de Magalhães, quando conosco estava o Prefeito Antonio da Paz, o vice-Prefeito Pedro Goda e o Presidente da Câmara José Narciso, do Município de Ivaiporã.

Por essas razões é que nós suplicamos que não se retire da Ordem do Dia, que votemos o projeto da maneira que está proposto, que foi uma vontade manifesta dos Senhores Prefeitos e Lideranças da região central do Paraná, e que se alguma modificação tiver que acontecer, que sua Excelência, o Governador Álvaro Dias, vete, porque a ele cabe poder vetar; se amanhã ou depois entender Vossa Excelência, o Governador e o Secretário Borges de Maga-

Curitiba, terça, em 05.12.89

lhães, que Pitanga e Nova Tebas não devam pertencer à Região Central do Paraná, o que nós lastimaremos profundamente, Sua Excelência, o Governador, poderá vetar essas expressões, Pitanga e Nova Tebas, da mesma forma que poderá vetar outro. Mas não poderemos Deputado Artagão, Deputado Adur e demais Deputados aqui, prejudicar uma vontade que está na alma do povo da Região Central do Paraná, que vem sendo buscada incessantemente ao longo de muitos anos e que agora está prestes a acontecer e que é um desejo inclusive de Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias, de antes de deixar o Governo, implantar em definitivo a Região Administrativa Central do Paraná com sede em Ivaiporã.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, vendo com muito carinho o projeto do Deputado Orlando Pessuti em lutar pela criação da Região Administrativa de Ivaiporã. Entretanto, nós entendemos que a Região Central do Paraná, como ele incluiu aqui: Região Central do Paraná no Vale do Ivaí, está havendo uma pequena distorção no projeto de lei. Nós entendemos que é de toda justiça Deputado Artagão, Deputado Pessuti, lutar para que Ivaiporã seja a sede dessa microrregião.

Entretanto, nós temos um estudo, um trabalho que nós vimos fazendo há mais de quatro anos junto ao BADEP para se fazer uma pesquisa das regiões mais carentes do Estado do Paraná e foi nomeado inclusive pelo pessoal do BADEP, pela equipe técnica do BADEP, uma região que comporta os Municípios de Pitanga, Palmital, Turvo, Nova Tebas e Cândido de Abreu, como sendo a região da fome do Estado do Paraná. Em contrapartida, Pitanga, que fica realmente na região Central do Estado do Paraná e não no Vale do Ivaí que vai de um extremo a outro extremo, nós entendemos, Senhor Presidente, que Pitanga também deva ser a sede de uma microrregião ou da microrregião Central do Estado do Paraná pela sua própria localização.

Nós também temos um projeto de lei no mesmo sentido, englobando esses cinco Municípios. O companheiro Pessuti tem razão no seu projeto, mas nós reservamos o direito de verificar que Pitanga, Nova Tebas, Manoel Ribas e Cândido de Abreu poderiam pertencer a uma outra microrregião, juntamente com Turvo e com Palmital. Esse estudo não é nosso, esse é um estudo técnico do BADEP; é em cima de um estudo técnico que nós temos, inclusive com audiovisuais que estão sendo apresentados ao Governador e na Região Central do Estado do Paraná, visando o desenvolvimento dessa região. Eu defendo a criação da Região Central do Estado do Paraná no Centro do Estado do Paraná e não no Vale do Ivaí,

onde tem outros municípios. Não temos nada contra os Municípios do Vale do Ivaí, nossa idéia, nossa proposta é que Pitanga, que é um dos municípios mais antigos, e é bom que se frise, Ivaiporã, o antigo sapecado, já foi desmembrado do Município de Pitanga e 90% desses Municípios desmembraram do Município de Pitanga. Vamos mais além, as características sócio-econômicas das regiões, e climáticas, são completamente diferentes à região e a partir de Nova Tebas, de Ivaiporã para frente de Jardim Alegre com a região de Cândido de Abreu, Pitanga, Palmital, Turvo, Nova Tebas. Então, nós entendemos que a região do Vale do Ivaí é uma coisa e a região Central do Estado do Paraná com Pitanga é outra coisa completamente diferente. Não temos nada contra o projeto do Deputado Pessuti, nos reservamos o direito de lembrar e lutar para que Pitanga seja a sede de uma microrregião e nós, inclusive, encaminhamos o projeto de lei nesse sentido na Casa.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Para encaminhar Senhor Presidente
(Assentimento).

Nós temos acompanhado a atuação, o carinho, que o Deputado Orlando Pessuti dedica à sua região, principalmente ao Vale do Ivaí. É um Deputado trabalhador, é um Deputado que tem buscado o progresso e o desenvolvimento de sua região. Nós entendemos isso, Senhor Presidente, porque temos tido a oportunidade de estar quase diariamente com esse ilustre Deputado. No entanto, Senhor Presidente, este seu projeto, que cria a Região Administrativa Central do Estado do Paraná, parece-me que não está bem colocado, porque o Senhor Deputado colocou aqui vários municípios, municípios inclusive que nós atuamos politicamente, município que o ilustre Deputado Renato Adur representa neste Parlamento. Parece-me, Senhor Presidente, que a intenção dos Senhores Prefeitos, dos Senhores Vereadores e de toda comunidade desses municípios, não é formar esta região administrativa com sede em Ivaiporã. No entanto, através de um acordo que fizemos neste momento com o Deputado Orlando Pessuti, nós aceitamos a primeira votação e este projeto seria, por determinação de Vossa Excelência retirado da Ordem do Dia até segunda-feira, quando nós teríamos, então, espaço e tempo para conversarmos, dialogarmos, com nossos prefeitos, com nossos vereadores e voltariamos a discutir o assunto, então, na próxima segunda-feira.

Este é um acordo, Senhor Presidente, que nós fizemos com o ilustre Deputado e gostaríamos, então, do deferimento de Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Parecer e o Projeto. Os Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. - Aprovado.

O projeto será retirado da Ordem do Dia, até que os Senhores Deputados entrem em entendimento.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 210/89, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que estabelece obrigatoriedade de registro dos estabelecimentos de hospedagem e congêneres. Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Erondy Silvério. (Publ. no D.A. n° 74, de 22.08.89).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 210/89

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, o plano de lei em tela tem por finalidade estabelecer obrigatoriedade de registro dos estabelecimentos de hospedagens e congêneres, conforme especifica.

O que se pretende com a medida em análise é, principalmente, atualizar a legislação estadual que rege os estabelecimentos de hospedagem do Paraná, vindo assim a se adequar a uma realidade mais condizente com a evolução dos costumes.

Além disso, sabe-se que grande parte dos estabelecimentos que se encontram abrangidos por esta proposta, não vêm a utilizar as fichas fornecidas pelas autoridades policiais, acarretando assim prejuízo irreparável aos cofres públicos que vêm se acumulando quando não recolhidas, não aplicadas as multas e não pagas as taxas de concessões de alvará e número de aposentos.

Neste sentido, esta douta Comissão Geral, chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente, por entender que a medida ora em análise não esbarra em nenhum óbice que possa vir a prejudicar o seu trâmite normal por esta Colenda Casa e para que estas irregularidades supracitadas venham a ser supridas.

Assim sendo, opinamos favoravelmente, sendo pois pela aprovação do Projeto de Lei n° 210/89, nos termos em que se encontra.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.89.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator

Em votação o parecer e o projeto. - Aprovados.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

258/89, de autoria do Deputado LAURO LOBO ALCANTARA, altera a redação do "caput" do art. 2º, da Lei nº 7568/82, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86, de 03.10.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 258/89

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Lauro Lobo Alcantara, o plano de lei em tela visa alterar a redação do "caput" do art. 2º da Lei nº 7568/82, conforme específica.

Da justificativa apresentada e que acompanha a presente proposta, trata-se de uma justa e oportuna medida pois a mesma visa corrigir a distorção ocorrida com os salários, ou seja, a defasagem que os mesmos vêm sofrendo dia a dia, bem como procurar fazer justiça às viúvas que estão com as respectivas pensões corroídas com a defasagem supracitada.

Assim sendo, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, de conformidade com o Regimento Interno, em seu art. 48, vem a fazê-lo, pronunciando-se favoravelmente, dada a inexistência de óbices que possam vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 258/89

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, o presente plano de lei visa alterar a redação do "caput" do art. 2º da Lei nº 7568/82, que dispõe sobre o valor das pensões mensais de ex-Deputados e ex-Governadores do Estado e dá outras providências.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar sobre os aspectos legais e constitucionais da matéria, posicionou-se pelo parecer favorável.

Esta Comissão de Finanças, no que lhe compete opinar, nada encontra que possa obstar o trâmite legal do projeto de lei em questão.

Assim sendo, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.89.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/89, de autoria do PODER EXECUTIVO,

Curitiba, terça, em 05.12.89

(Mensagem nº 86/89), que altera dispositivos da Lei nº 8925, de 28 de dezembro de 1988 (que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA). Com PARECER a ser exarado pela Comissão Geral da Assembléia, conforme requerimento do Deputado Eduardo Baggio. (Publ. no D.A. nº 104, de 22.11.89).

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 346/89

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 86/89, visa a alteração de dispositivos contidos na Lei nº 8925/88, que dispõe acerca do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

O projeto de lei ora versado não fere qualquer dispositivo constitucional, ao contrário, encontra-se em perfeita consonância e harmonia com as normas contidas no Sistema Constitucional Tributário.

Finalmente, a matéria apresenta-se intocável, inexistindo impedimentos à aprovação do presente projeto.

O parecer é, pois, favorável, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.12.89.

(a) NILTON BARBOSA.

- Em votação o Parecer e o Projeto. - Aprovados.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 50/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área que específica, no Município de Laranjeiras do Sul, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de NOVA LARANJEIRAS. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 72, de 17.08.89, Projeto de Lei nº 206/89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 206/89

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Artagão Mattos Leão, tem a finalidade de criar o Município de Nova Laranjeiras, com território desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul, com sede na localidade de Nova Laranjeiras.

Em análise da referida proposição vê-se claramente tratar-se de justa medida consubstanciada na vontade da comunidade interessada. Além do que, a matéria encontra-se em conformidade aos dispositivos legais existentes.

Chamada a opinar sobre o aspecto constitucional da matéria, esta Comissão

de Constituição e Justiça, nada encontra que possa impedir a normal tramitação desta por esta augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos favoravelmente pela aprovação do referido projeto de lei, na forma do projeto de resolução que apresentamos em anexo, autorizando o plebiscito no município mencionado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.09.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

GERNOTE KIRINUS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 71/89, oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com vistas à criação do Município de Vila Alta, desmembrado do Município de Umuarama. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 59, de 27.06.89, Projeto de Lei n° 158/89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 158/89

P A R E C E R:

A presente proposta, de autoria do ilustre Deputado Eduardo Baggio, visa autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, com vistas à criação do Município de Vila Alta, desmembrado do Município de Umuarama.

Trata-se de uma medida que virá atender aos anseios dos moradores do próspero Distrito Administrativo de Vila Alta, que atualmente se encontra relegado a segundo plano, em que pese a sua grande arrecadação de ICM e produção. No entanto, os benefícios que são arrecadados, não retornam para a população local, o que não viria a ocorrer caso o mesmo fosse elevado à categoria de Município.

Esta douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente pela presente, por tratar-se de medida benéfica e que vem de encontro às aspirações da população local.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução que apresentamos em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.11.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

Sobre a mesa, requerimento de n° 2803, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2827, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2801, de autoria do

Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2824, 2802, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2805, 2806, de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2809, 2810, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2812, 2813, 2826, 2814, 2815, 2816, 2817, 2818, 2819, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 2821, 2822, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente.- Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2823, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2825, de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 297/89.

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 67/88, 211/88, 192/89, 247/89, 328/89, 343/89.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 210/89, 258/89, 345/89, 346/89 e dos Projetos de Resolução n°s 50/89, 71/89.

Levanta-se a sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

11.^a LEGISLATURA - 3.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 21.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro de um mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se ordinariamente a Comissão de

Constituição e Justiça, na sala de reunião das comissões, sob a presidência do Senhor Deputado Cândido Bastos, mais a presença dos seguintes senhores Deputados: Sabino Campos, João Arruda, Acir Mezzadri, Raul Lopes, Antônio Costenaro, Antônio Annibelli, Valderi Vilela e Djalma de Almeida Cesar. Havendo número legal o Senhor Presidente abriu os trabalhos. Não havendo expediente a ser lido e dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 06/86, de autoria do Deputado Edmar Luiz Costa. Anexado a este está o Projeto de Lei n° 224/86, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi. Relator Deputado Sabino Campos, requer seja transformado em diligência junto a Secretaria da Fazenda e a Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social. DEFERIDO. 02) Projeto de Lei n° 128/86, de autoria dos Deputados Adhail Sprenger Passos, Anibal Khury e Acir Mezzadri. Relator Deputado Antônio Costenaro solicita vista. DEFERIDO. 03) Projeto de Lei n° 133/89, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 04) Projeto de Lei n° 205/89, de autoria do Deputado David Cheriegate. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 05) Projeto de Lei n° 269/89, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator Deputado Raul Lopes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei Complementar n° 277/89, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 07) Projeto de Lei n° 291/89, de autoria da Deputada Vera Agibert. Relator Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei n° 300/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio. Relator Deputado Djalma de Almeida Cesar, requer seja transformado em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 09) Projeto de Lei n° 301/89, de autoria do Tribunal de Contas. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei n° 303/89, de autoria Deputado Lindolfo Júnior. Relator Deputado Sabino Campos. Parecer CONTRÁRIO - REJEITADO. 11) Projeto de Lei n° 308/89, de autoria do Deputado Anibal Khury. Rela-

Curitiba, terça, em 05.12.89

tor Deputado Raul Lopes. Parecer no sentido de aguardar na Comissão, até completar um (01) ano de personalidade jurídica. DEFERIDO. 12) Projeto de Lei n° 310/89, de autoria do Deputado Eduardo Baggio. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 13) Projeto de Lei n° 325/89, de autoria do Deputado Nereu Massignan. Relator Deputado Sabino Campos. O Senhor Deputado Valderi Vilela solicita vista. DEFERIDO. 14) Projeto de Lei n° 326/89, de autoria do Deputado Namir Piacentini. Relator Deputado Raul Lopes. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 15) Projeto de Lei n° 330/89, de autoria do Deputado Acir Mezzadri. Relator Deputado João Arruda. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 335/89, de autoria do Deputado Sabino Campos. Relator Deputado Homero Oguido. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 16) Projeto de Lei n° 338/89, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer no sentido de aguardar na Comissão, até completar 01 (um) ano de personalidade jurídica. Relator Deputado Raul Lopes. DEFERIDO. 17) Projeto de Lei n° 339/89, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato. Relator Deputado Antônio Costenaro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 18) Projeto de Lei n° 342/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 78/89. Relator Deputado Antônio Costenaro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 19) Projeto de Lei n° 363/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 104/89. Relator Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 20) Proposição n° 68/89, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 84/89. Relator Deputado Antônio Martins Annibelli. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Everlei Terezinha Cleto Chaves, Secretária da Comissão.

(a) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
EVERLEI T. CLETO CHAVES
Secretária